

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

  
MUSEU  
ARQUEOLÓGICO  
DO CARMO

  
LISBOA  
UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

  
LETRAS  
LISBOA

  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

  
FUNDAÇÃO  
MILLENNIUM  
BCP

# 19 ANOS DE ARQUEOLOGIA URBANA EM MACHICO, REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Isabel Paulina Sardinha de Gouveia<sup>1</sup>, Élvio Duarte Martins Sousa<sup>2</sup>

## RESUMO

Iniciados os trabalhos arqueológicos em 1998, pela então ARCHAIS – Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, as investigações têm despoletado estudos de história local, de âmbito associativo e académico, permitindo conhecer a realidade da vida social e económico da primeira localidade da Madeira, povoada no século XV. Os estudos da cerâmica portuguesa e das produções olárias locais, têm sido uma das componentes mais relevantes da última década.

**Palavras-chave:** Arqueologia Moderna, Machico, Madeira, Museologia, Produção local.

## ABSTRACT

The ARCHAIS – Archaeological and Heritage Patrimony Association of Madeira, in the beginning of the archaeological work in 1998, the investigations have triggered studies of local history, associative and academic, allowing to know the reality of the social and economic life of the first locality of Madeira, settled in the fifteenth century. Studies of Portuguese pottery and local pottery production have been one of the most relevant components of the last decade.

**Keywords:** Modern Archeology, Machico, Madeira, Museology, Local production.

A primeira referência à prática arqueológica em Machico remonta ao século XIX. Ali, por volta de 1815, após a grande aluvião de 1803, um comerciante de vinhos inglês, Robert Page, realizou alegadamente escavações na Capela dos Milagres, uma capela centenária datada dos inícios do povoamento, na qual teria supostamente encontrado a cruz tumular de Robert Machim<sup>3</sup> (Figura 1).

Será, contudo, no século XX, que de uma forma incipiente a região dará os primeiros passos no domínio da prática arqueológica. O ano de 1998 marcou, indubitavelmente, a arqueologia regional. Neste ano

é criada a ARCHAIS – Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira<sup>4</sup>, uma instituição de direito privado que tem como principais objetivos divulgar e promover a investigação arqueológica terrestre e desenvolver a defesa e a proteção do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira. Desde a sua formação, a ARCHAIS centrou os seus trabalhos arqueológicos na zona leste da ilha, nas cidades de Machico e de Santa Cruz.

Durante estes dezanove anos de atividade arqueológica constituíram-se estruturas municipais e museológicas que passaram a interagir diretamente com

1. Câmara Municipal de Machico; isabelgouveia@netmadeira.com

2. Câmara Municipal de Machico; elviomsousa@sapo.pt

3. A Lenda de Machim está ligada à história de Machico; diz a lenda que no século XIV um casal de jovens apaixonados de estratos sociais diferentes, Robert Machim e Ana de Arfet, para poderem viver o seu amor proibido, fugiram de Inglaterra. Uma tempestade arrastou-os para Machico, terra desabitada e repleta de arvoredo. Ali se teriam abrigado num enorme tronco oco, entretanto a nau onde viajavam foi arrastado pelos ventos. Desesperada com o desaparecimento da nau, Ana teria perecido e Machim louco de dor, também faleceu. Os seus companheiros sepultaram-nos um ao lado do outro e marcaram o local com uma cruz. Quando os descobridores portugueses ali chegaram em 1419, teriam encontrado os túmulos e sobre eles erigido uma capela, a dos Milagres.

4. Jornal oficial da Região Autónoma da Madeira, II série, nº159 de 19/08/1998.

as operações pedagógicas e da construção urbana, tais como o primeiro núcleo arqueológico da Junta de Freguesia de Machico (2001), o Gabinete de Arqueologia do Município de Machico (2001-2002) e o Núcleo Museológico de Machico – Solar do Ribeirinho (2007).

Apresentam-se, neste sucinto texto, alguns momentos desse trajeto (Figura 2).

## 1. SOLAR DO RIBEIRINHO E A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO NÚCLEO MUSEOLÓGICO CIDADINO

O Solar do Ribeirinho (Figura 3), também conhecido por Solar de São Sebastião ou Solar do Rosário, é um edifício dos finais do século XVII, implantado na malha urbana histórica da Cidade de Machico, a uma altitude aproximada de 10 metros. Fica contíguo à Rua do Ribeirinho e limitado a Norte pela Rua Padre Pontes, a Este pela Rua do Ribeirinho e a Sul pela antiga Estrada Regional 101.

A edificação do solar aparece conectada à família Mendonça e Vasconcelos, mais precisamente ao fidalgo da casa de El-Rei, Matias de Mendonça e Vasconcelos. Este nobre machiquense desempenhou vários cargos ao serviço do Rei, entre eles, o da cobrança da tributação das guerras do Alentejo e a resolução de contendas relacionadas com a venda do vinho (Moreira, 2000:12-13).

Do ponto de vista arquitetónico, o imóvel apresenta um enquadramento urbano de planta quadrangular com três pisos, sendo o último constituído pela excecional torre de corpo retangular adossado perpendicularmente. A fachada principal está virada para nascente e é de composição linear, de grande simplicidade e sobriedade, destacando-se as portas e janelas com molduras em cantaria regional e vidraças do tipo guilhotina. Sobressai da mesma fachada, o portal principal de cantaria, rematado em cornija, ladeado por duas portas, no segundo piso três janelas, orientadas respetivamente para poente, nascente e para Sul. O acesso à torre faz-se pela escadaria de madeira do segundo piso.

O Solar é todo ele construído por alvenaria de pedra aparelhada e cal com paredes portantes (cerca de 60 cm de espessura) e foi recentemente alvo de um projeto de recuperação, da autoria do arquiteto Vítor Mestre.

Anexa ao Solar do Ribeirinho existiu, em tempos, a Capela do Rosário, mandada edificar pelo capitão

Matias de Mendonça e Vasconcelos, em 1654 (SILVA, 1946:343) e que terá sido destruída pela aluvião de 1803.

Os trabalhos arqueológicos, no Solar do Ribeirinho, iniciaram-se no Verão de 1998 tendo-se optado pela abertura do quadrado de escavação no perímetro onde foram descobertas as bordas da cisterna, junto ao alçado lateral esquerdo do imóvel. O espaço foi dividido em duas áreas, respetivamente o Sector A, corresponde à parte Sul do edifício, e o Setor B, a área a Oeste do solar, onde, aliás, foram detetadas as primeiras estruturas das cavalariças.

A orientação do quadrado 4x4m (Figura 4) seguiu de perto as estruturas existentes, orientando-se de acordo com o alinhamento do imóvel. A escavação deste espaço fez-se simultaneamente com a escavação do poço-cisterna, que, do ponto de vista estratigráfico, constituía um outro ambiente (Ambiente II), apenas com potência estratigráfica do século XX. Admite-se que a construção do poço é contemporânea ao edifício do solar. A estrutura apresenta uma configuração circular, com 1,10m, de diâmetro interno e aproximadamente 6m de profundidade (SOUSA, 2000:43).

Nestas escavações foram encontradas uma expressiva quantidade de cerâmica comum e vidrada (grupos representados essencialmente pelos pratos, alguidares, restos e tigelas), cerâmica preta com típicas pegas triangulares, formas de açúcar, marcas de jogo, botões em osso, fragmentos de canudo de cachimbo, dedais e botões em cobre, além dos frequentes núcleos de calcário e de pequenas lascas de quartzo e sílex.

No Verão seguinte, em 1999, estendemos a área escavada mais para Sul, obtendo-se uma proximidade de leitura da sequência estratigráfica àquela detetada inicialmente junto à cisterna. No entanto, numa área particularmente restrita da escavação, identificou-se um estrato (UE3), composto essencialmente por terras carbonizadas e uma quantidade apreciável de faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII. Atendendo às características deste estrato, designadamente a sua composição material de cor muito escura, aparentemente muito semelhante às terras que provêm do interior da cisterna, aventou-se a hipótese de serem materiais derivados de uma antecedente ação de limpeza e desentulho do poço e que, provavelmente, teriam sido depositados nas suas imediações. Note-se que este estrato cobria parcialmente um outro (UE4), fazendo parte,

na sequência estratigráfica, de uma fase de ocupação atribuída ao século XIX.

Na sequência destas escavações, o Solar do Ribeirinho veio a se constituir como Núcleo Museológico de Machico. O Núcleo Museológico de Machico é uma instituição cultural criada pela Câmara Municipal de Machico, após a recuperação do imóvel Solar do Ribeirinho (construído no século XVII). Neste espaço observa-se de uma forma interactiva, histórias e personagens que fizeram a atual Cidade de Machico ao longo dos seus quase 600 anos de história, distribuídos pelos quatro núcleos temáticos em exposição, designadamente: 1. O Solar do Ribeirinho; 2. As Origens, o Povoamento e a Vida Local; 3. O Percurso Económico (Figura 5); 4. O Quotidiano. No percurso dos quatro núcleos temáticos podemos descobrir e presenciar diversos objetos históricos como uma cruz de Machim; uma pintura do 1º Capitão Donatário de Machico (Tristão Vaz), um passo processional de século XVII com elevado interesse artístico, um raríssimo sinete com punho em marfim e cunho em parta do século XVI, vários objetos arqueológicos de cerâmica, pedra e metal, uma inscrição gravada com uma quadra do poeta setecentista de Machico, Francisco Álvares de Nóbrega (Camões Pequeno) e vários objetos que configuram a história económica, social e cultural de Machico, dos primeiros tempos do povoamento, no século XV, até ao século XX. Os textos apresentam-se na língua portuguesa e inglesa.

## 2. O EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACHICO

O imóvel da Junta de Freguesia de Machico (Figura 6) remonta aos finais do século XVII, e é constituído por paredes portantes em alvenaria de pedra com paredes divisórias interiores em tabique ou alvenaria. Possui dois pisos (rés-do-chão e 1º andar), mais o sótão. Localiza-se no entroncamento da Rua Conselheiro José Ribeiro da Cunha (antiga Rua da Cadeia) com a Travessa do Mercado, confinando a Oeste com a Casa da Travessa do Mercado e com o harmonioso solar urbano da família do Morgado Cupertino da Câmara.

No piso superior, as janelas são do tipo guilhotina sem molduras de cantaria e, no piso térreo, são de portadas de madeira com vergas de cantaria vermelha e cinzenta regional. A chaminé exterior é de forma quadrangular.

A cobertura do edifício é em telha de meia cana assente sobre uma estrutura metálica colocada com os trabalhos de recuperação. As paredes exteriores, em alvenaria de pedra, foram rebocadas e pintadas a branco com embasamento a azul. As portadas das janelas foram pintadas a ocre.

A intervenção arqueológica aconteceu em 2000, aquando das obras de recuperação do imóvel. Resultou dos trabalhos de acompanhamento arqueológico levados a cabo no decorrer das obras de recuperação do edifício da Junta de Freguesia, levou ao achamento de um poço-cisterna e de um forno de cantaria, no interior da habitação e de um interessante piso de calhau rolado (calçada típica madeirense) no exterior.

A escavação do poço, uma estrutura de planta circular com 0,90m de diâmetro interno, todo ele construído em pedra semi-aparelhada, permitiu recolher um conjunto diversificado de materiais, entre os quais, ao nível das cerâmicas (faianças portuguesas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX; faianças italianas e espanholas dos séculos XVI e XVII; fragmentos de formas de açúcar), e objetos de metal (na qual se destaca um caldeirão em cobre (Figura 7). Esta intervenção materializou-se com a formação do primeiro Núcleo Arqueológico da Região Autónoma da Madeira, que além de uma pequena sala com estantes expositivas de parte do espólio ali recuperado, compreendia o poço – cisterna, o forno em cantaria e o logradouro, no exterior do edifício.

## 3. ANTIGA ALFÂNDEGA DE MACHICO

O edifício da antiga Alfândega de Machico, demolido em 1916, era um edifício de planta ligeiramente retangular, com dois pisos e cuja fachada principal era virada ao mar. Durante cerca de um ano (2000-2001), ali foram realizados trabalhos arqueológicos que mostraram um conjunto significativo de estruturas pétreas basálticas com restos de argamassa e forneceram um espólio considerável onde se destacam vários fragmentos cerâmicos como bordos e paredes de anforetas, alguidares vidrados a verde, pratos vidrados de cor melada, porcelana, faiança pintada portuguesa e formas de açúcar de bordo emoldurado. Posteriormente foi edificado neste local um prédio de habitação e comércio.

Era um robusto edifício de planta ligeiramente retangular, com dois pisos e vastas dependências destinadas à pesagem, armazenagem e medição (SAR-

MENTO, 1953:97). A fachada principal e a entrada encontravam-se viradas para o mar, a Sul. Na fachada, virada a Norte, abria-se uma porta ogival de cantaria mole e avermelhada que dava serventia para uma rua transversal, atualmente a Rua da Árvore, um dos principais acessos ao centro da atual Cidade de Machico. A observação da gravura da autoria de Luís Tomé Teixeira, registada pouco tempo antes da demolição da Alfândega, e de outras fotografias da coleção do Arquivo Regional da Madeira, permite uma leitura muito próxima à real dimensão daquela edificação (Figura 8). Precisamente as fotografias dos finais do século XIX mostram, particularmente, o carácter rude e a “nesga de muro negro” (SILVA; MENESES, Vol. I, 1998:44) das paredes em cantaria basáltica do edifício, bem como atestam a existência dos dois pisos. A cobertura seria muito provavelmente de quatro águas e de telha de meia-cana. Por informação dos Anais do Município de Machico, o edifício possuía um pequeno largo, denominado de “praça da Alfândega”, onde se efetuavam as arrematações públicas.

Outra documentação cartográfica, como a Planta da *Villa* de Machico e do Forte de Nossa Senhora do Amparo de 1860, mostra, no enfiamento da Rua da Árvore, precisamente no espaço onde se localizava o antigo edifício da Alfândega, uma construção de planta retangular que se presume poder corresponder àquela edificação. Todavia, além da referida planta não apresentar informação legendada, ela também não define com exatidão a natureza e o tipo de construção desenhada. Para todos os efeitos, e tendo como fim principal o levantamento virtual em três dimensões daquela construção, optou-se por calcular as dimensões da ocorrência, com base na referida planta de 1860. A estimativa dos valores obtidos rondam os 12,50m de comprimento e 4,20m de largura. Efetivamente, o ano de 1477 tem sido sistematicamente referido como o período de fundação das alfândegas madeirenses, por determinação da Infanta D. Beatriz que, por sua vez, nomeia para juiz daquelas estruturas fiscais Luís de Atouguia, anterior contador na ilha (SERRÃO, 1951:1; MIRANDA, 1994:35). No entanto, as prescrições de D. Beatriz – que, efetivamente, se revelaram fundamentais no estabelecimento das bases do funcionamento das alfândegas esclarecem o local exato da Capitania de Machico em que o edifício da Alfândega foi criado. O documento apenas revela que o edifício foi implantado numa parte da jurisdição de Machico, não

revelando concretamente a localidade exata: “*Y na parte do Machico foram yso mesmo fazer outra alfandegua per asobre dita maneyra. E depois qua as asy tiuerdes comçertadas fares todo apregoar per hos lugares acostumados (...)*”.

Extintos os serviços alfandegários em Machico o edifício entrou no seu inevitável processo de degradação física. As ruínas acabariam por ser parcialmente soterradas pelas lamas e entulhos que, anteriormente à canalização da ribeira, as frequentes e sucessivas aluviões que fustigaram Machico foram arrastando (SARMENTO, 1953:98). Quando, em 1916, o resto das ruínas foram derrubadas ainda podíamos observar um trecho de muralha que o tempo havia enegrecido, onde se abria a porta ogival, esta já parcialmente soterrada devido ao levantamento da Rua da Árvore para onde a dita porta dava serventia.

A estratégia de intervenção foi, efetivamente, concretizada em função do espaço e das condições logísticas disponíveis. A ausência de qualquer vestígio material à superfície pertencente à antiga Alfândega, admitindo-se a hipótese dos alicerces terem sido devastados durante a implantação de uma casa no segundo quartel do século XX colocou, à partida, crescentes dificuldades. Por outro lado, os frequentes despejos de terras e pedras provenientes das frequentes aluviões a que o espaço esteve ao longo do tempo sujeito dificultaram, à partida, a ação de reconhecimento e prospeção do espaço, também ele relativamente e extenso (aproximadamente 1800m<sup>2</sup>). Atendendo às informações recolhidas (fotografias e recolha oral), optou-se por iniciar os trabalhos no canto superior do gaveto da Praceta 25 de Abril, junto à Rua da Árvore. Programou-se uma série de sondagens paralelas ao terreno, do tipo “trincheira” no sentido poente-nascente, distanciadas entre si em cerca de 2 metros, com recurso a meios mecânicos devidamente acompanhados. Note-se que a intervenção neste espaço foi despoletada pela consciencialização do Senhor Manuel Rufino Teixeira, falecido em 2016. Identificadas as primeiras estruturas de um muro (UE10) a Sul suspenderam-se as sondagens – mecânicas e iniciou-se a escavação em área aberta, no espaço confinado a Sul da Rua da Árvore e limite exterior do edifício a Este. A continuidade da escavação, embora não a possibilitasse a identificação das antigas fundações daquela casa fiscal, pôs a descoberto um conjunto interessante de diferentes estruturas sobrepostas numa relativa diacronia de ocupação e abandono do espaço. O perfil da área

identificada, particularmente pela natureza das estruturas posta à vista (pavimentos de calhau rolado, uma levada e dois canteiros, um dos quais (UE9) surpreendentemente com restos vegetais) autorizou a interpretação daquela ocorrência como um espaço verde, de dependência exterior, anexo provavelmente ao edifício alfandegário. No entanto, a possibilidade de confirmar a eventual localização da Alfândega a nascente do espaço escavado torna-se, no momento, extremamente difícil pela existência de uma habitação posteriormente construída nesse limite (e que provavelmente terá se implantando sobre as fundações da Alfândega).

Os níveis superiores do espaço escavado revelaram evidências físicas das ações de despejo e terraplanagem de terras, materializadas pela elevada frequência de pedras argamassadas, calhaus e areias. É possível que alguns destes materiais sejam resultantes do derrube das paredes do edifício da Alfândega. O muro, a Sul, com 0,65m de espessura (UE10), pode ser interpretado como um vestígio de uma parede portante que isolaria aquele espaço do exterior. As pedras estruturantes apareciam consolidadas com argamassa de cal e areia, mostrando na parte externa vestígios de reboco. As bases alinhavam-se no sentido NO-SE, com 5 metros de comprimento (ao limite da intervenção arqueológica).

A escavação mostrou no espaço interior adossado ao muro, um conjunto significativo de estruturas pétreas basálticas com restos de argamassa, de médias e grandes dimensões (UE6), que parecem ter sido a consequência de um derrube do muro. Os sucessivos cortes estratigráficos levantados em área, no sentido Oeste-Este, identificaram uma vala de enchimento (UES) que se estende variavelmente a toda a área de escavação, constituída por terras de cor acinzentada (T51), contendo basicamente areias argamassadas e carvões vegetais. Os materiais cerâmicos exumados são diversificados, entre eles, alguns bordos e paredes de anforetas, alguidares vidrados a verde, pratos vidrados de cor melada, porcelana, faiança pintada de fabrico português e as típicas formas de açúcar de bordo emoldurado. A última unidade estratigráfica (UE7), formada por um depósito predominantemente de cor castanha (K71), forneceu tijoleiras de formato mais ou menos quadrangular, telhas de meia cana, cerâmica esmaltada (escudelas decoradas a azul formando temas geométricos, provavelmente de fabrico sevilhano), cerâmica vidrada (alguidares vidrados a verde com brilho metálico) e outros ob-

jetos de metal (pregos cavilhas, um tostão de prata de D. Manuel I (Figura 9), e um fecho de cobre). A identificação de centenas de fragmentos de telha de meia-cana disseminadas pelos vários estratos arqueológicos faz supor que a cobertura das construções, nomeadamente do edifício da Alfândega, utilizasse telha daquela tipologia. Por outro lado, a frequência de tijoleiras pode atestar uma utilização na arquitetura dos espaços, justamente como um elemento cerâmico aplicado no revestimento dos pavimentos. Inferior à UE7 e sobreposta à UE8, identificou-se um outro nível mais homogéneo (UE14) de elevado interesse ceramológico e cronológico-cultural. O seu recheio compunha-se, essencialmente, de cerâmicas esmaltadas, nas variantes lisas e decoradas a azul e verde, fragmentos de cerâmica tipicamente valenciana exibindo decoração dourada com tonalidades metálicas e vários conjuntos de vidrados melados decorados com motivos predominantemente geométricos a óxido de manganés, representados maioritariamente pelas escudelas. Duas moedas foram encontradas neste contexto: uma delas (um real preto de D. Afonso V) foi recolhida no extremo da superfície deste estrato; outra (um ceutil também de D. Afonso V) foi encontrada sobre a calçada (UE8). Aos 3,56m de cota real apareceu um pavimento de calhau rolado mais ou menos regular (UE8), desenhando um curto corredor, do género vereda, ladeado por Lancis de pedra basáltica tomando as direções poente-nascente e Sul-Norte. Paralelo a este, pôs-se à vista uma estrutura de levada (UE15) flanqueada por alvenaria de rocha com a base em terra batida. O levantamento do aglomerado de pedras (UE6) e a continuidade da escavação puseram a descoberto duas estruturas de feição circular de canteiros com bordos em pedra, paralelas ao piso de calhau rolado (UE8). O canteiro (UE9), com um diâmetro aproximado de 0,60m, produziu 3 camadas distintas e os restos de uma raiz e tronco de um vinhático, aparentemente carbonizado. A leitura que fazemos do seu enchimento, talvez resultante de uma fase de abandono daquela construção ou do espaço em geral, remete-nos para os meados do século XVIII.

#### 4. CASA DA TRAVESSA DO MERCADO

A Casa da Travessa do Mercado é um imóvel de finais do século XIX, inícios do século XX, junto ao edifício da Junta de Freguesia de Machico, onde outrora funcionou uma pensão e posteriormente um

colégio. Na atualidade encontra-se extremamente degradado e em 2003 foi ali realizada uma intervenção arqueológica (Figura 10). Os trabalhos deram a conhecer um piso de calhau rolado e proporcionaram um conjunto de vários materiais, tais como: cerâmicas de importação (escudelas esmaltadas sevilhanas, pratos vidrados a castanho, fragmentos de porcelana), cerâmica comum (painéis, testos e tigelas) e oito moedas (sete ceitis de D. Afonso V e um de D. João III).

A proximidade geográfica com o edifício da Junta de Freguesia de Machico fez estabelecer paralelismos com os contextos estratigráficos identificados, quer do ponto de vista da sucessão diacrónica do tipo pavimentos identificados, quer na proximidade morfológica da sua componente material. É lícito inferir, pela leitura que fazemos das estruturas associadas à pavimentação nos dois sítios arqueológicos, que em épocas recuadas, provavelmente nos séculos XVI e XVII, o espaço seria comum à área demarcada por uma habitação abastada, na melhor das hipóteses ao próprio edifício que hoje acolhe os serviços da Junta de Freguesia.

As primeiras unidades estratigráficas conhecem uma afinidade muito próxima às do espaço exterior da Junta de Freguesia de Machico, nomeadamente no tipo de pavimentos identificados (um primeiro piso de cimento (UE1) e um outro de calhau rolado miúdo (UE2), também de sequência geométrica quadriculada, idêntica à da Junta de Freguesia).

As primeiras estruturas, possivelmente relacionadas com uma construção foram detetadas à cota de 3,38m da superfície, revelando ser uma parede (UE17) alinhada no sentido Norte-Sul, parcialmente argamassada. Mais a Sul abria-se uma vala (UE18) com aproximadamente 0,60m de largura, acompanhando a extremidade da parede (UE17). A natureza desta vala e dos materiais recolhidos em ambiente muito revolvido (restos de argamassas, pequenos blocos de tufo de *lapilli*, materiais líticos de ribeira e de mar, cerâmica comum, vidrada e esmaltada, objetos de osso e metal (entre as quais várias moedas residuais) mostram que terá servido de lixeira.

À cota 3,20m apareceu um piso de calhau rolado numa extensão de formato retangular (UE16), tipologicamente semelhante a um outro exumado no logradouro da junta (UE7). A hipótese inicial de que o espaço era comum à propriedade abastada, atualmente Junta de Freguesia, ganhava maior probabilidade com esta ocorrência. A estrutura conserva

apenas um curto enfiamento na largura máxima de 0,60m, observando-se nos dois lados opostos vestígios de destruição aparentemente por a ação de desaterro do espaço mais a Sul. Deve corresponder a uma fase de ocupação e utilização do espaço dada da primeira metade do século XVII. Seguiu-se-lhe uma camada de terras de cor acastanhada com 0,13m de espessura média (UE19) contendo vários materiais cerâmicos, vítreos e metálicos. Forneceu, também, um ceitel de D. João III (1521-1557) em mau estado de conservação. Este estrato confinava com uma outra realidade constituída substancialmente por uma numerosa concentração de fragmentos de formas de pão de açúcar (bordos, pontas e outros fragmentos de parede) depositados sob a forma de entulho no substrato terroso, ocupando uma área mais ou menos circular com 1,30m de largura (UE20). O estudo destes materiais, intimamente relacionados com o fabrico de açúcar, permitiu elaborar um pequeno estudo tipológico das formas utilizadas obtendo-se, assim, dados relevantes sobre a capacidade daqueles recipientes cónicos e a sua utilização no contexto da produção açucareira ao nível local. Foi inicialmente equacionado que a acumulação destes vários fragmentos de formas açúcar pudesse corresponder a materiais provenientes de uma possível unidade industrial de transformação de cana-de-açúcar. No entanto, o prosseguimento da escavação da unidade veio esbater a validade dessa hipótese, por duas leituras de registo: a ausência de estruturas correlacionáveis com a existência de um engenho; o resultado dos estudos de quantificação e a ocorrência de vários fragmentos de outros recipientes cerâmicos de forma fechada, cuja tipologia se aproxima aos conhecidos porões espanhóis utilizados no processo caseiro de fabrico de açúcar e seus derivados. A análise de toda a informação material acumulada nesta unidade, inclusivamente a identificação de um ceitel de D. João III (1521-1557), permitiu propor na sequência estratigráfica uma cronologia que pode oscilar entre a segunda metade do século XVI e os inícios do século XVII.

As UEs 19 e 20 cobriam uma outra, a UE21, que por sua vez cobria a UE22, a uma profundidade de 2,66m (UE21) e 2,58m (UE22). Os materiais exumados nestes estratos integram um grupo cronológico muito homogéneo representado, essencialmente, pelas cerâmicas de importação (majólicas montelupinas da segunda metade do século XVI, escudelas esmaltadas sevilhanas decoradas a azul e vinoso do

tipo *Isabella polychrome*, pratos vidrados a castanho com pintura a óxido de manganês e alguns fragmentos de porcelana, também com cronologias a apontar para o século XVI) e pelo grupo de cerâmica comum (panelas, testos e tigelas). O estrato 21 forneceu, também, um ceitel de D. João III (1521-1557). As duas últimas camadas, UEs 23 e 24, revelaram materiais arqueológicos que se enquadram cronologicamente entre a segunda metade do século XV e o decorrer do século XVI. A presença de numismas foi particularmente relevante nesse processo de aferição cronológica, realçando-se a identificação de sete ceitis de D. Afonso V (1438-1481), seis na escavação da UE23 e um no substrato da UE24. Note-se, a título de curiosidade, a recolha de abundantes escórias de ferro na camada 23.

As panelas de ir ao fogo, na modalidade de cerâmica comum e vidrada, constituem as peças mais representativas do contexto arte factual das duas unidades, juntamente com os testos. Exumaram-se também vários fragmentos de almofarizes, anforetas e tigelas de cerâmica comum. A louça de importação marcou a sua presença, nomeadamente, com as peças esmaltadas e vidradas com reflexos dourados de origem valenciana e com as escudelas e pratos com vidrado melado decorados a óxido de manganês.

## BIBLIOGRAFIA

GOUVEIA, Isabel, (2009) – *As coleções de Arqueologia dos museus da Região Autónoma da Madeira: Uma abordagem pedagógica dos acervos*. (tese mestrado policopiada). Évora. Novembro.

MIRANDA, Susana Munch (1994) – *A Fazenda Real na Ilha da Madeira: Segunda metade do séc. XVI*. 1ª edição. Funchal. CEHA.

MOREIRA, João Lino (2000) – “O morgadio do Ribeirinho”. *A Propósito do Solar do Ribeirinho*, Machico. CMM/ARCHAIS. pp. 12-21.

SARMENTO, Alberto Artur, ten-cor, (1953) – *Freguesias da Madeira*. 2ª edição. Funchal. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

SERRÃO, Joel (1951) – Rendimentos das Alfândegas do Arquipélago da Madeira (1581-1587). *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I:5 e 16. Funchal. pp. 1-5 e pp. 14-18.

SILVA; Fernando Augusto da, pe., MENESES, Carlos Azevedo (1998) – *Elucidário Madeirense* (Fac-símilie da edição de 1940-1946). Vols. I, II, III. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura – DRAC.

SILVA; Fernando Augusto da, Pe. (1946) – *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*. Volume 1 (1425-1800). Funchal.

SOUSA, Élvio *et al* (2000) – *A propósito do Solar do Ribeirinho*. CMM/ARCHAIS. Machico.

SOUSA, Élvio (2003) – *Arqueologia na Área Urbana de Machico, Leituras do Quotidiano nos séculos XV, XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local.

SOUSA, Élvio (2006) – *Arqueologia na Cidade de Machico: A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*. CEAM/CMM/DRAC.



Figura 1– Cruz de Machim (Élvio Sousa).



#### Intervenção arqueológica

- [1] Solar do Ribeirinho
- [2] Junta de Freguesia
- [3] Alfândega
- [4] Casa da Travessa do Mercado

#### Ações de acompanhamento arqueológico

- [5] Rua do Ribeirinho
- [6] Antigo Campo de Futebol
- [7] Casas da Rua do Ribeirinho
- [8] Rua General António Teixeira de Aguiar
- [9] Foz da Ribeira de Machico
- [10] Largo de Nosso Senhor dos Milagres
- [11] Rua do Portão
- [12] Caminho da Misericórdia

Figura 2 – Espaços arqueológicos em Machico (Ricardo Caldeira).



Figura 3 – Solar do Ribeirinho (Arquivo CMM).



Figura 4 – Foto escavação poço do Solar do Ribeirinho (Élvio Sousa).



Figura 5 – Formas-de-açúcar / Sala do Percurso Económico – Núcleo Museológico de Machico (Arquivo CMM).



Figura 6 – Junta de Freguesia de Machico (Arquivo CMM).



Figura 7 – Caldeirão em cobre (Arquivo CMM).



Figura 8 – Ruínas da Alfândega de Machico, Gravura de Luís Tomé Teixeira, 1916 (Arquivo CMM).



Figura 9 – Tostão de prata de D. Manuel I (Élvio Sousa).



Figura 10 – Casa da Travessa do Mercado (Arquivo CMM).





Patrocinador oficial